

A Falsa Via Chilena: lógica, contradições e limites do modelo.

Marcelo Dias Carcanholo*

Resumo: O presente trabalho pretende analisar como as políticas econômicas implementadas no Chile depois da crise de 82-83 afetaram a performance do país. Em termos específicos, objetiva-se discutir três questões: (i) a dinâmica, os impactos e os limites dessa estratégia na economia chilena; (ii) o experimento chileno é uma alternativa ao neoliberalismo?; e, (iii) a estratégia desse país é um bom exemplo para os outros países em desenvolvimento?

Palavras-chave: Chile, Neoliberalismo, abertura externa, acumulação de capital interna.

Abstract: The aim of this paper is to analyse how the economic policies implemented in Chile after the 82-83 crisis affected the country's performance. More specifically, it will be discussed three questions: (i) the dynamics, impacts and limits of this strategy in the economy of Chile; (ii) is the experiment of Chile an alternative for neoliberalism?, and (iii) the strategy of this country is a good example for the other nations in development?

Key words: Chile, Neoliberalism, external openness, internal accumulation of capital.

Mesmo antes de serem chamadas como tais, as políticas neoliberais do Consenso de Washington foram implantadas no cone sul americano durante a década de 70. O Chile foi o primeiro a fazê-lo, após o golpe militar de 1973, sendo seguido pelo Uruguai no ano seguinte e pela Argentina em 1976.

Alguns autores, como Cintra (1999: 129), afirmam que a sequência correta das reformas, assim como defendido pela ortodoxia¹, só foi seguida pelo Chile, ao ponto deste país ter sido considerado o primeiro exemplo a ser observado e imitado. Em determinado momento, a principal referência deste pensamento afirmou que “*a ordem correta da liberalização ... se aproxima à do exitoso experimento chileno posterior a 1975. O Chile há de tornar-se a norma ou padrão de referência*” (Mckinnon, 1982: 159 – itálicos não originais). Por escolha irônica do destino, pouco tempo depois desta afirmação, o Chile se tornou de fato o padrão de referência para as experiências de liberalização mas, ao contrário do desejado por Mckinnon, como prova de seus fracassos.

Já no final dos anos 90, a via chilena ressurgiu, mais uma vez, como o exemplo a ser seguido. A ortodoxia argumentou que tudo era decorrência do tempo necessário de

* Prof. Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Segundo a teoria ortodoxa, o processo de abertura externa deve seguir uma sequência ótima, de forma que a liberalização da conta de capital seja efetuada após a liberalização da conta corrente. Maiores detalhes podem ser encontrados em Cintra (1999) e Mckinnon (1982).

maturação para o processo de liberalização e abertura, iniciado vinte anos antes. A heterodoxia mais apressada não tardou em afirmar que o “sucesso” chileno se devia ao fato de que o país não teria levado às últimas consequências o processo de liberalização, mantendo, por exemplo, sob controle estatal a CODELCO, maior empresa produtora de Cobre, o principal produto exportado pelo país. Tampouco tardiamente, outra vertente heterodoxa creditou o tal “sucesso” à competência na administração e direcionamento correto do capital externo ingressante no país durante essa década. O mais comum na heterodoxia, entretanto, foi uma combinação entre esses dois fatores explicativos.

O que se procura aqui é relativizar o sucesso dessa via chilena, mostrando seus limites, contradições e, em consequência, as características do ciclo – com fases de crescimento, mas também de retração – que lhe são próprias.

1- A Crise de 82: mais uma crônica de morte anunciada

As reformas estruturais características do neoliberalismo foram aplicadas com pioneirismo no Chile logo após o golpe militar de 1973. O processo de abertura externa, inclusive, foi implementado dentro da seqüência ótima propalada pela teoria convencional. Durante algum tempo, o experimento aparentava um êxito. A economia chilena cresceu durante o período 78-80, em média, 8% ao ano, e a inflação foi reduzida de 605,9% em 1973 para 9,9% em 1981.

A euforia com o experimento chileno não durou muito tempo. A entrada de capital externo, que explodiu em 1977/78, se de um lado serviu para cobrir os déficits em conta corrente, por outro levou a uma brutal aceleração no déficit na conta de serviços – crescimento de mais de 250% entre 1977 e 1982. O efeito deletério da abertura externa ainda pode ser observado pelo brutal crescimento da dívida externa (ela passa de US\$ 4,7 bilhões em 1976 para US\$ 17,1 bilhões em 1982) e a explosão do serviço dessa dívida como proporção das exportações, que passa de 35,1% em 1974 para 88,5% em 1982.

É fundamental ressaltar ainda que o forte movimento de valorização do câmbio real², que caracterizou o período, se dá a partir do quarto trimestre de 1979, justamente no

² Para 1975 = 100, a taxa de câmbio real passa de 105,1 em 1978 para 72,8 em 1981 (Edwards & Edwards, 1992: 93).

período em que a liberalização financeira externa se acelera. Esta última, portanto, além de provocar o forte endividamento externo e o crescimento do déficit na conta de serviços (por conta do pagamento de juros e remessa de lucros e dividendos)³, foi responsável pela valorização do câmbio real que, em conjunto com a abertura comercial, provocou os enormes déficits comerciais observados a partir de 1978.

Esse quadro de insolvência externa não passou despercebido para os investidores. A crescente necessidade de financiamento das contas externas só podia ser feita pela entrada de capital, o que levou à elevação das taxas de juros que, em termos reais, chegaram a 59,2% em 1981. Para piorar a situação, o capital externo era direcionado em grande medida para financiar o consumo interno e a especulação financeira e imobiliária. A erosão das contas externas chilenas se traduziu na incapacidade de saldá-las, levando à fuga do capital volátil. A vulnerabilidade externa do Chile provocou a crise cambial que levou à desvalorização forçada de 18% em junho de 1982.

A fuga de capitais em 1982 representou um resultado na conta de capital 74% inferior ao ano anterior. Os efeitos da crise foram a impressionante retração de cerca de 14% do PIB ainda em 1982, a taxa de desemprego de 26% da população economicamente ativa no mesmo ano, e 30% no ano seguinte.

Observando o período como um todo, a taxa média de crescimento do PIB entre 1973/82 foi de apenas 1,9%, muito inferior aos pouco mais de 4% da época da substituição de importações. A formação bruta de capital fixo, como proporção do PIB, foi sempre inferior a 20% por causa das altas taxas de juros, pela redução do investimento público, do processo de *desubstituição* de importações decorrente da abertura comercial, e da baixa taxa média de utilização da capacidade instalada. Adicionalmente, o período inteiro de reformas se caracterizou pela concentração de renda, como atesta a queda de 15% nos salários reais entre 1970 e 1987, efeito que não foi alvo de nenhuma política compensatória, uma vez que o gasto social per capita caiu durante o período (Gatica & Mizala, 1990: 59).

Considerando todas as conseqüências produzidas pelas reformas neoliberais no Chile da década de 70, a avaliação não é nada positiva. A primeira experiência neoliberal na América Latina – assim como as outras – redundou em um rotundo fracasso.

³ O saldo na conta de serviços do balanço de pagamentos que era deficitário em US\$ 682 milhões em 1977 chegou a um déficit de US\$ 2164 milhões em 1981, e US\$ 2474 em 1982.

2- Recuperação da Crise e “Sucesso” do Modelo Chileno

A economia chilena só conseguiu se recuperar porque tomou algumas medidas anti-neoliberais a partir de 1983, principalmente na redução do grau de abertura externa. O retrocesso na liberalização financeira já se dá em 1982, quando o governo assume por 6 meses a correção cambial sobre as saídas de capital e limita o endividamento externo dos bancos. No imediato pós-crise, ocorre a estatização da dívida de curto prazo do setor privado e, entre 85-89, promove-se a renegociação da dívida externa, com conversão da dívida em investimentos (US\$ 9 bilhões) e novos empréstimos do FMI (US\$ 1,3 bilhão). São tomadas também medidas para aumentar o controle sobre a entrada de capital, com o objetivo de evitar o transtorno e a instabilidade que haviam provocado.

O retrocesso na abertura comercial se deu tanto pela reintrodução de bandas de controle sobre preços externos, como pela criação de um sistema de defesa antidumping e a ampliação das tarifas médias sobre importações. Elas são duplicadas para 20% em março de 1983, sobem para 35% no ano seguinte, e voltam a ser reduzidas para 30% em março de 1985 e 20% em junho do mesmo ano.

Segundo Lara (2002), a recuperação a partir de 1984 se dá sob grande capacidade ociosa, uma vez que a formação bruta de capital fixo se resumiu a 18% do PIB nos anos 70 e 80. Só a partir do final da década de 80 é que a taxa de investimento cresce.

Dentro do período pós-crise, alguns autores costumam dividir-lo em dois. Entre 1982 e 1990, o Chile ainda viveu sob a ditadura do governo militar e, a partir do início dos anos 90, ocorreu o processo de redemocratização. Ffrench-Davis (2002) faz uma periodização que lhe é muito conveniente. Para ele, a primeira fase compreenderia a estratégia neoliberal, e a segunda (1990-2000) seria uma fase que uniria a democracia e o desenvolvimento dentro do que o pensamento cepalino chama de *Reforma das Reformas*. Esta última teria ocorrido durante a administração política da *Concertación de Partidos por la Democracia*, especificamente nos governos Aylwin (90-93) e Frei (94-99). Fiel ao pensamento cepalino, Ffrench-Davis (2002:37) afirma que “los gobiernos de la Concertación decidieron evitar los cambios radicales em las políticas económicas vigentes y buscaron un *cambio en continuidad*”.

Com o risco de antecipar conclusões, duas observações precisam ser explicitadas desde já. Em primeiro lugar, o que significa *cambio em continuidad*? Significa meramente que a estratégia de desenvolvimento não é alterada; apenas modificações na condução de curto prazo da política econômica. Ora, se é uma mudança dentro (sem negar) de uma continuidade, continuidade esta dentro de uma estratégia *neoliberal*, então a *Reforma das Reformas* nada mais é do que uma nova roupagem – talvez um pouco envergonhada – do neoliberalismo⁴. Por outro lado, a periodização de Ffrench-Davis associa neoliberalismo com ditadura militar, como se o neoliberalismo não pudesse ser implementado, aliás de maneira mais contundente, em situações de democracia formal. A América Latina dos anos 90 é o melhor exemplo disso.

Deixando isso de lado, neste momento, quais as características da estratégia chilena para o aparente sucesso dos anos 90?

Essa estratégia é justamente a apregoada pelo pensamento da nova Cepal. Sinteticamente, não se trataria de reduzir o grau de liberalização financeira externa, embora reconheça-se que o capital externo gera instabilidade na taxa de câmbio, no grau de controle da oferta de crédito e da demanda agregada, no preços dos ativos, nos passivos externos e na vulnerabilidade futura a novos choques externos (Cepal, 1998). Mas, trata-se de utilizar a política regulatória, até de controles de capital quando necessário, no sentido de incentivar os investimentos produtivos com capitais externos de longo prazo, e desincentivar a entrada de capitais de curto prazo com interesses meramente especulativos.

Esta argumentação se assenta na idéia do ciclo do endividamento virtuoso, segundo o qual existiriam três fases para que o financiamento externo do crescimento gerasse as divisas necessárias para saldar os compromissos assumidos inicialmente. Na primeira fase, em que a taxa de investimento do país é menor do que a poupança interna disponível (condição estrutural de um país periférico), o *gap* existente é financiado pelo capital externo. Nesse período inicial, a dívida externa cresce mais rapidamente do que o PIB, porque os novos empréstimos são tomados para cobrir o déficit de poupança interna e o refinanciamento da dívida que por ventura for vencendo. No período seguinte, o

⁴ O caráter conservador do pensamento da nova Cepal fica claro quando esta toma as reformas neoliberais como um dado, e se propõe a canalizar o fluxo de capital externo para a retomada do crescimento econômico, de um lado, e, de outro, administrar as mazelas sociais, consequência dessas reformas, por meio de políticas sociais compensatórias. É isto o que propugna a *Reforma das Reformas* e a *Transformação produtiva com equidade*. Não se trata jamais de reverter as reformas neoliberais!

crescimento econômico conseguido com o financiamento externo produz um excesso de poupança interna com respeito aos níveis de investimento, o que lhe permitirá pagar progressivamente os juros da dívida contraída. O saldo comercial, por sua vez, passa a ser positivo nesta segunda fase, ao contrário da primeira⁵. Isso possibilita que a taxa de crescimento do estoque da dívida pare de crescer. Na última fase, o crescimento econômico e a expansão do excedente de poupança interna permitem que o país pague os juros da dívida e comece a amortizar o principal da mesma, até que ela se anule.

Essa idéia que embasa o pensamento cepalino só se sustenta se forem observadas cinco premissas. Inicialmente, deve existir uma relativa estabilidade da taxa de juros que incide sobre o endividamento, sob pena de alterar o seu estoque e o seu perfil. Em seguida, a entrada de capital externo não pode financiar o consumo interno, mas deve dirigir-se para investimentos produtivos que permitam o crescimento econômico posterior. Em terceiro lugar, e relacionado com o anterior, o capital externo não pode ser de curto prazo com interesses meramente especulativos para aproveitar-se de ganhos de arbitragem, mas deve ser direcionado para aplicações de longo prazo. Em seguida, o acréscimo de investimento produtivo deve se traduzir em expansão de produtos transacionáveis no mercado externo, pois é a geração de saldos comerciais positivos que garantirá o pagamento do endividamento externo. Por último, deve existir algum controle sobre a remessa futura de lucros e dividendos, caso contrário aumentaria a necessidade de financiamento externo. Curiosamente ou não, a Cepal não toca neste último ponto.

Com esse embasamento, Ffrench-Davis et al. (1997) se propõem a explicar a estratégia chilena. Após um período de escassez de divisas, ainda sob o impacto da crise da dívida na região, a economia chilena passou a conviver com um retorno da liquidez internacional na virada dos anos 80 para os 90. O retorno das divisas foi propiciado pela abundância de capital externo, no nono cenário de liquidez internacional, e pela alta considerável do preço do cobre. Segundo aqueles autores, essa situação de elevação na entrada de recursos traria impacto positivo sobre o investimento e pressionaria a oferta de moeda e a variação cambial. Portanto, a política econômica tentou, ainda segundo eles,

⁵ Com déficit orçamentário nulo, a identidade básica macroeconômica garante que um excesso de investimento sobre poupança interna se traduza em déficits comerciais, no primeiro caso, e vice-versa no segundo.

contrabalançar a valorização da taxa de câmbio e elevar a autonomia de política, de forma a sustentar o crescimento das exportações, variável crucial da estratégia chilena.

Teriam sido utilizados quatro instrumentos para neutralizar os efeitos indesejáveis da abundância de capital externo (Ffrench-Davis et al., 1997: 179):

- a) aplicação de impostos e exigências de reservas (encaixe) para entrada de capitais;
- b) um regime cambial de flutuação suja, com um valor de referência baseado em uma cesta de moedas e com banda de flutuação inicial de 5%, posteriormente ampliada para 10%, 12,5% e 25%;
- c) esterilização das reservas cambiais com políticas de mercado aberto;
- d) regulamentação preventiva dos mercados financeiros.

A forte entrada de recursos externos a partir de 1988 e o acúmulo de reservas podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1: Balanço de Pagamentos – Contas Seleccionadas, 1979-1994 (US\$ milhões)

	Balança Comercial	Conta Corrente	Conta de Capital	Reservas Líquidas
1979	-355	-1189	2247	1047
1980	-764	-1971	3165	1244
1981	-2677	-4733	4698	67
1982	62	-2304	1215	-1165
1983	986	-1117	508	-541
1984	363	-2111	1940	17
1985	884	-1413	1384	-99
1986	1092	-1191	741	-227
1987	1229	-808	945	45
1988	2219	-167	1009	732
1989	1578	-705	1264	437
1990	1273	-648	3049	2369
1991	1576	15	829	1238
1992	749	-743	2882	2498
1993	-979	-2092	2764	578
1994	725	-639	4573	3194

Fonte: Ffrench-Davis et al. (1997: 184).

É justamente no instrumento do controle de capital que o Chile passou a ser quase mitificado pela teoria heterodoxa, uma vez que qualquer limitação à livre movimentação de capital é logo creditada a uma estratégia duramente anti-neoliberal, não sendo cogitada a

simples hipótese de um manejo conjuntural em uma situação momentânea de excesso de liquidez⁶. Os controles de capital no Chile se caracterizaram por serem não-quantitativos, ocorrendo uma taxação por prazo de investimento, por uma flexibilização da saída de capital, processo que foi ampliado progressivamente, e pela flexibilização da regulação sobre investimentos diretos de residentes no exterior⁷. Outra medida importante, como será visto adiante, foi a liberalização, no governo Aylwin, do investimento direto estrangeiro em setores que ainda eram vetados, como a mineração do cobre por exemplo⁸.

Em resumo, nas palavras de um dos mais importantes membros da equipe econômica no período, “a combinação de elementos que se utilizaram para esses propósitos [diminuição dos custos e maximização dos benefícios da entrada de capital externo] foi a de regulamentar os movimentos especulativos de curto prazo mediante encaixes, quotas e comissões, assim como a de intervir no mercado cambial mediante a flutuação suja, dentro de uma banda que se movimenta em torno de um valor de referência definido por uma cesta de moedas e da esterilização do efeito monetário da maior disponibilidade de divisas” (Ffrench-Davis et al, 1997: 212-213).

Fiel ao pensamento da nova Cepal, não é de reversão das reformas neoliberais que se trata, mas de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura externa, de forma a canalizar o capital externo para atividades produtivas, voltadas preferencialmente para as exportações, ao mesmo tempo em que se procura a equidade social, embora as políticas para tanto sejam muito mais de caráter compensatório, do que de reversão de estratégia de desenvolvimento propriamente dita.

Quais foram os resultados da economia chilena no período?

De fato, pela tabela 2, os resultados parecem dar razão a todos os apologistas do modelo chileno. A taxa real de crescimento da economia, abstraindo leves flutuações em 1990 e no período 93-94, sempre foi elevada no período 88-95. As taxas de desemprego foram sensivelmente reduzidas entre 1987 e 1995. As taxas de investimento, como

⁶ A diferença crucial entre estratégia alternativa de desenvolvimento e diferentes opções na administração dos instrumentos de política econômica no curto prazo é poucas vezes percebida pela teoria pseudo-crítica.

⁷ Maiores detalhes sobre as medidas instituídas no controle do capital externo podem ser encontrados em Cano (2000: 331).

⁸ Até um autor de perspectiva crítica como Borón (2001: 293-295) se deixou levar pelas aparências. Segundo ele, o modelo chileno se contraporía ao neoliberalismo porque: (i) não se privatizou o essencial, como a empresa estatal do cobre, (ii) cresceu o gasto público como proporção do PIB e (iii) foram implementadas restrições ao movimento de capital.

proporção do PIB, sempre estiveram acima dos 20%, atingindo 28,8% em 1993 e 27,6% em 1995. A inflação, por sua vez, se mostrou controlada, sendo reduzida dos 27,3% em 1990, após uma considerável aceleração no período 88-90, para 8,2% em 1995.

Tabela 2: Indicadores Macroeconômicos Seleccionados do Chile (1987-1995)

Taxas \ Ano	87	88	89	90	91	92	93	94	95
Crescimento real	6,6	7,3	9,9	3,3	7,3	11,0	6,3	4,2	8,5
Inflação	21,5	12,7	21,4	27,3	18,7	12,7	12,2	8,9	8,2
Desemprego	9,3	8,1	6,3	6,0	6,5	4,9	4,6	5,9	5,4
Investimento/PIB	22,2	22,8	25,5	26,3	24,5	26,8	28,8	26,8	27,6

Fonte: Aninat & Larraín (1996: 41).

Tudo isso em um momento em que a América Latina já mostrava passar por outra década perdida e o efeito tequila da crise mexicana fazia-se sentir em outras regiões.

A tabela 3 mostra o movimento líquido de capital como proporção do PIB entre 1991 e 1995.

Tabela 3: Movimento Líquido de Capital em % do PIB (1991-1995)

	1991	1992	1993	1994	1995	90-95
- IDE	1,2	1,5	2,5	3,4	1,5	2,3
- Médio e Longo Prazo	-0,2	0,7	1,1	2,6	-0,3	0,9
- Curto Prazo	1,3	4,5	2,4	2,9	0,5	2,8
Total	2,3	6,7	6,0	8,9	1,7	6,0

Fonte: Aninat e Larraín (1996: 44).

A partir dela, Aninat & Larraín (1996:44), apologistas da experiência chilena concluem que a entrada líquida de capital média no período 90-95 foi de 6% do PIB, a união do investimento direto estrangeiro com o capital de médio e longo prazo, entre 90 e 95, supera 50% do total de entrada de capital, e que em 1994 a entrada líquida de investimento direto estrangeiro atingiu impressionantes 3,4% do PIB. Estariam aqui as informações que comprovariam o correto gerenciamento da entrada de capital externo (forma de financiar o crescimento sustentado) como a explicação do êxito chileno!

Observando a mesma tabela 3, entretanto, outras conclusões merecem destaque, embora estas, por motivos óbvios não sejam mencionadas por Aninat & Larraín. Em primeiro lugar, em 1995 a entrada líquida de investimento direto estrangeiro retrocede para 1,5% do PIB. No mesmo ano, o capital de médio e longo prazo tem uma saída líquida que

corresponde a 0,3% do PIB. No período inteiro (90-95), o investimento de curto prazo é a maior parcela do movimento líquido de capital. Ainda no ano de 1995, a entrada líquida de recursos atinge apenas 1,7% do PIB. Será que algo não ocorria como esperavam os apologistas? O ano de 1995 apresentaria alguma peculiaridade? Seriam percalços provenientes de um efeito contágio da crise mexicana? Qualquer resposta que se dê às perguntas está longe da afirmação acrítica segundo a qual a economia chilena não sofreu percalços e as perspectivas seriam excelentes (Aninat & Larraín, 1996: 44).

Uma avaliação mais séria do modelo chileno teria que levar em consideração a lógica total de sua proposta, incluindo sua dinâmica e as promessas que esse mesmo modelo sustentou. Segundo Agacino (1996), o modelo econômico chileno, do ponto de vista de sua sustentação ideológica, baseou-se em cinco equações “virtuosas”:

1^a) Abertura = Crescimento com equidade: dentro da perspectiva da nova Cepal, desde que gerenciado corretamente, o processo de abertura pode levar ao crescimento econômico, sem, necessariamente, incorrer em custos distributivos;

2^a) Abertura = Crescimento = Aumento do emprego = Redução da pobreza: a *Transformação Produtiva com Equidade* propugnaria o privilégio aos investimentos produtivos que geram empregos e, portanto, reduzem a pobreza;

3^a) Abertura = Desenvolvimento da 2^a etapa exportadora: a ampliação do processo de abertura garantirá à economia chilena novos espaços de exportação, além daqueles obtidos pelas matérias primas (1^a etapa)⁹;

4^a) Abertura = Crescimento = Desenvolvimento simétrico ou homogêneo: a inclusão e distribuição dos resultados seria mais homogênea, inclusive por regiões; e,

5^a) Abertura = Competitividade sistêmica = Consensos = Aprofundamento da democracia: o consenso encima do que deve ser feito aprofunda a democracia e, como o que deve ser feito é uma questão meramente técnica (sic), o aprofundamento do modelo econômico chileno aprofundará a democracia.

Em que pese o caráter risível de alguns argumentos – talvez a 5^a equação seja o melhor exemplo – a avaliação do modelo chileno deve ser feita com base nessas promessas¹⁰.

⁹ Os discursos e entrevistas oficiais para justificar os recentes acordos comerciais chilenos, incluindo o mais recente com os EUA, utilizam exatamente este argumento.

3- Esgotamento e Contradições do Modelo Chileno

No que se refere à promessa de que o processo de abertura garantiria crescimento com equidade, os dados não parecem estar ao seu lado. Em termos de distribuição pessoal da renda, os 20% dos domicílios mais pobres se apropriavam, em 1992, de 4,92% da renda; já em 1994 esse valor caiu para 4,61%. Por outro lado, os 20% mais ricos, que se apropriavam de 55,45% em 1992, passaram a 56,11% em 1994 (Agacino, 1996: 03). Já no tocante à distribuição funcional da renda, a participação das remunerações (dentre elas os salários) representavam 34,8% do PIB no biênio 85-86; em 92-93 essa participação cai para 33,4%. Por sua vez, a participação do excedente sobre o PIB sobe de 38,3% em 85-86 para 44% em 92-93 (Agacino, 1996: 02). Isso tudo justamente no período em que a economia chilena mais crescia!

Quanto à relação direta que se faz entre crescimento do emprego e redução da pobreza, do ponto de vista exclusivamente lógico, trata-se de um equívoco. Existe a possibilidade de que os postos de trabalho criados sejam mais precários do que os existentes, de forma que a remuneração média caia¹¹. Ocorre que nem a premissa, aceleração da criação de empregos, ocorreu.

Tabela 4: Criação de Emprego

	87-89	90-93	94-98	1999	2000
Média anual de novos empregos (mil)	200186	161460	64610	-27870	-23020
Crescimento anual de ocupados	4,96	3,47	1,24	-0,5	-0,4

Fonte: Lara (2002).

A tabela 4 mostra o crescimento do emprego entre 1987 e 2000. Percebe-se claramente que até o período compreendido entre 94 e 98 o volume de emprego crescia, mas a taxas decrescentes. A partir de 1999 o crescimento anual de empregos passa a ser negativo. Se nem no período de maior crescimento o modelo chileno distribuía seus resultados, como defender esse argumento no período de retrocesso?

¹⁰ Deixamos de lado a 4ª equação, no que concerne às conseqüências regionais da distribuição dos resultados, simplesmente por fugir ao escopo deste trabalho. A 5ª equação tampouco será analisada, pela simples razão de que não merece ser levada a sério.

¹¹ Para a constatação desse efeito no Chile ver Agacino & Escobar (s/d).

A 3ª equação “virtuosa” prometia o aprofundamento do processo de abertura garantindo a segunda etapa exportadora, que incluiria mais produtos, além das matérias primas. A tabela 5, entretanto, demonstra o contrário. A participação dos produtos mineiros no total de exportações de bens até sofreu um certo recuo entre 1996 e 2002-2003, mas continua em cerca de 40%. Ainda assim, a participação das exportações de cobre no total de exportação mineira foi ampliada, chegando a cerca de 90% no primeiro semestre de 2003. A clara dependência das exportações em relação ao cobre não permite concluir nem uma ampliação da pauta exportadora, nem tampouco que a economia chilena tenha se transformado em uma plataforma dinâmica de exportações como prometido.

Tabela 5: Participação das Exportações Mineiras sobre o Total (US\$ Bilhões)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 ¹
Exportações Totais de Bens (B)	16,05	17,32	15,91	16,73	18,68	17,99	17,87	10,10
Exportações de Produtos Mineiros (A)	6,84	7,49	6,05	6,78	8,02	7,47	7,07	3,93
Exportações de Cobre (C)	6,02	6,64	5,2	6,02	7,28	6,74	6,27	3,51
(A)/(B) em %	42,6	43,2	38	40,5	43	41,5	39,5	39
(C)/(A) em %	88	88,6	85,9	88,8	90,7	90,22	88,7	89,3
(C)/(B) em %	37,5	38,33	32,6	36	39	37,4	35	34,7

1- Apenas no primeiro semestre.

Fonte: Banco Central do Chile.

Alguns autores começam a identificar que a economia chilena entra em crise apenas em 1999. De fato, nesse ano a taxa de crescimento foi de – 1,3%, o setor industrial teve um retrocesso na sua produção de – 1,8%, o PIB per capita se reduziu a níveis de 1995, cresceram a taxa de desemprego e a dívida externa, caíram a taxa de investimento e as exportações, ao mesmo tempo em que aparecia um déficit fiscal, pela primeira vez desde 1986 (Lara, 2002).

Tabela 6: Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB) – 1996/2003

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1º trimestre	25,58	26,5	26,35	22,57	19,59	20,8	20,97	20,09
2º. trimestre	25,67	26,2	26,55	19,64	19,97	20,2	20,83	21,53
3º. trimestre	26,44	26,8	26,43	19,77	20,38	21,8	21,13	-
4º. trimestre	27,78	28,8	25,16	21,41	22,9	22,22	21,48	-
Média anual	26,38	27,11	26,12	20,84	20,71	21,25	21,1	20,82

Fonte: Banco Central do Chile.

No entanto, o início da recessão já pode ser detectado no final de 1998. A tabela 6 mostra que a formação bruta de capital fixo, como proporção do PIB, cai consideravelmente no último trimestre de 1998 e, ainda que tenha se recuperado conjunturalmente (2001-2002), nunca voltou aos níveis de 1996-1998. Em 2003, a sinalização da média anual é para, no máximo, manter o patamar de 2002. Já a tabela 7 mostra a taxa de desemprego na grande Santiago, onde se concentra a maior parte da população do país. Percebe-se claramente, já no terceiro trimestre de 1998, uma elevação brutal da taxa de desemprego, que manteve sua tendência de alta, mesmo nos momentos de tímida recuperação nos investimentos (ver tabela 6), chegando a 13,5% da população economicamente ativa em meados de 2003.

Tabela 7: Taxa de Desemprego na Grande Santiago (1990-2003)

	1º. trimestre	2º. trimestre	3º. trimestre	4º. trimestre
1990	9,5	9,7	9,9	9,1
1991	8,8	8,3	6,5	6,1
1992	6,7	6,0	5,6	5,7
1993	6,4	6,4	6,4	5,9
1994	7,5	6,3	6,4	6,9
1995	7,7	6,1	6,7	6,0
1996	6,1	7,3	5,9	5,7
1997	6,6	6,7	6,7	6,5
1998	6,7	6,9	11,1	11,4
1999	12,9	15,4	14,4	12,4
2000	13,1	14,4	15,0	13,4
2001	13,8	15,0	14,9	13,1
2002	13,3	13,6	13,5	11,9
2003	12,8	13,4	-	-

Fonte: Departamento de Economía – Universidad do Chile, apud www.bcentral.cl

Dessa forma, o final de 1998 pode ser considerado como o início da manifestação das contradições e limites do modelo chileno. Caputo (2000: 02) aponta que, no último trimestre de 1998, a taxa de crescimento anual da economia foi de – 2,8% e a taxa anual de crescimento dos investimentos de – 13,9%. O exemplo a ser seguida na América Latina entrava em crise. Como explicar isso após um período de crescimento, que se acreditava sustentado? Quais as razões que explicam essa crise? E a crise como elemento de um ciclo,

que inclui o período de crescimento? A seguir, elementos explicativos que ajudam a entender tudo isso são examinados.

3.1- Neoliberalismo e vulnerabilidade externa

Inicialmente, contrário do que se afirmava – principalmente em meios heterodoxos – o modelo chileno não rompeu com a estratégia neoliberal de desenvolvimento.

Embora tenha ocorrido uma redução do grau de abertura econômica no imediato pós-crise e medidas de controle/seleção da entrada de capital externo tenham sido implementadas até meados dos 90, a estratégia de liberalização financeira só foi interrompida momentaneamente durante e depois da crise.

Passada a crise de 82-83, as reformas neoliberais retomaram seu processo de implementação. Nesse contexto se encontram a reforma tributária de 1984, lei de bancos de 1986, a privatização de grandes empresas de serviços públicos, um novo impulso para a banca privada e a flexibilização do marco regulatório sobre investimentos dos fundos de pensão, criados em 1981. No governo Frei (94-99), o processo de liberalização e abertura financeira continuou gradualmente com reformas em benefício do capital ingressante, elevação das possibilidades para grandes empresas captarem recursos no mercado externo, e autorização para as AFP's (Administradores de Fundos de Pensão), pela primeira vez, investirem no exterior¹².

Do ponto de vista comercial, os acordos que o Chile vêm firmando procuram aprofundar a estratégia de abertura externa. O recente tratado com os EUA, que deveria entrar em vigor a partir de janeiro de 2004 previa a liberalização imediata de 87% das tarifas aduaneiras no intercâmbio bilateral, sendo que o tema dos subsídios agrícolas não está em negociação, e mantém-se a idéia da liberalização irrestrita da conta de capital. Além da aceleração da abertura comercial com esses acordos, está na pauta oficial – até como promessa para tentar sair da crise atual – a flexibilização trabalhista em maior grau e o aprofundamento das privatizações.

¹² As medidas concretas podem ser encontradas em Lara (2002, nota 6). Caputo (1998) faz uma comparação muito interessante entre o tratamento que se dá ao investimento externo, especialmente dentro dos acordos internacionais feitos com outros países, e a proposição do AMI (Acordo Multilateral de Investimentos). Fica evidente que o Chile já implementa os fundamentos do AMI há anos!

A política econômica oficial, até como forma de continuar atraindo capital externo, implementa altas taxas de juros. A taxa real de juros foi de 9,2%, 9% e 10,4%, respectivamente, nos biênios 93-94, 95-96 e 97-98. Nesses mesmos períodos, a taxa de crescimento da economia atingiu 6,4%, 8,9% e 5,4%. Ora, é um resultado muito conhecido que, em situações onde a taxa real de juros supera a taxa real de crescimento, a única maneira de manter a estabilidade na relação entre dívida pública e PIB, é com políticas fiscais recorrentes de superávit primário, o que tende a arrochar ainda mais o resultado da política econômica de altas taxas de juros.

Segundo o governo, a estratégia econômica de uma política fiscal austera se justifica para tentar reduzir o endividamento público e, com isso, reduzir a exigência do mercado por maiores taxas de juros para financiar a dívida pública. Ou seja, inverte-se totalmente o argumento, e é desconsiderado totalmente o efeito das altas taxas de juros sobre o próprio crescimento da dívida pública. Entretanto, por que existe a necessidade de altos patamares nos juros? Não se trata apenas de uma forma de controlar a inflação, ou garantir maior taxa interna de poupança para financiar crescimento, como costuma justificar a ortodoxia. Isso está relacionado com a dependência do capital externo para o fechamento das contas, ou seja, com a vulnerabilidade externa da economia chilena.

A grande dependência de capital externo em um ambiente instável do sistema financeiro internacional provoca a redução da capacidade de resistência a choques externos, ou seja, a elevação do grau de vulnerabilidade externa. Esta, por sua vez, cresce com o aumento do grau de abertura externa. Por um lado, a abertura financeira leva à maior entrada de capital externo, que redunde em maiores remessas de lucros e dividendos, e aumento dos empréstimos externos, que elevam tanto o estoque da dívida externa como o seu serviço. Por outro lado, a abertura comercial, em conjunto com a sobrevalorização do câmbio (muito em razão da forte entrada de capital), provoca o crescimento das importações e do déficit comercial. Além disso, com o passar do tempo, a abertura comercial tende a elevar a propensão a importar da economia, já que várias etapas da produção que estavam internalizadas são deslocadas pela concorrência externa. Com isso, qualquer respiro leve no crescimento provoca maior elevação das importações. Este processo é conhecido como *dessubstituição de importações*.

Assim sendo, o aprofundamento da abertura externa leva à elevação da vulnerabilidade externa, que se manifesta em desequilíbrios crescentes de fluxo (balanço de pagamentos e serviço do passivo externo), desequilíbrios de estoque (estoque do passivo externo), redução da autonomia de política e elevação da fragilidade financeira interna da economia¹³. Isso tudo se manifesta em restrições estruturais ao crescimento, em virtude da necessidade de manter altas taxas de juros, como forma de atração do capital externo, cada vez mais necessário, no aumento da concentração de renda e riqueza e na elevação da probabilidade de crises de balanço de pagamentos¹⁴.

Tabela 8: Dívida Externa Bruta (US\$ Bilhões)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 ¹
Total	26,27	29,03	32,6	34,75	37,17	38,53	41,00	42,07
Curto prazo	7,04	5,52	5,13	4,31	6,17	5,3	5,82	6,01
Longo prazo	19,22	23,51	27,46	30,44	31,00	33,24	35,18	36,05
1-Governo Central	2,67	2,28	2,18	2,6	2,42	2,88	3,56	4,53
Curto prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Longo prazo	2,67	2,28	2,18	2,6	2,42	2,88	3,56	4,53
2- Bancos	3,62	2,5	2,78	2,03	1,75	2,52	3,82	4,05
Curto prazo	2,4	0,75	0,87	0,26	0,43	1,08	1,29	1,4
Longo prazo	1,22	1,75	1,9	1,77	1,32	1,44	2,53	2,66
3- Sociedades não-financeiras	16,18	19,96	22,71	25,52	27,43	28,03	28,76	28,72
Curto prazo	4,46	4,6	4,15	4,01	5,27	4,05	4,1	4,37
Longo prazo	11,72	15,36	18,56	21,51	22,15	23,97	24,66	24,35

1- Dados preliminares até março.

Fonte: Banco Central do Chile.

A tabela 8 mostra claramente o rápido crescimento da dívida externa chilena. Entre 1996 e 2003 ela cresceu 60% ainda que maior parcela seja de longo prazo, o rápido crescimento desse estoque redundando em maior necessidade de financiamento externo para honrar os compromissos com seu serviço. Desse total da dívida externa, grande parte (85% em 2001) é privada. Normalmente, os discursos oficiais tratam isso como algo positivo, pois o setor público não teria grande participação na dívida externa. Entretanto, o que ocorre é que, com a grande diferença entre as taxas de juros internas e externas, os agentes

¹³ Em 2000, a posição de investimento internacional líquido do setor privado, que fornece a posição líquida de passivos e ativos financeiros, era de – US\$ 41,6 bilhões, cerca de 53% do PIB!

¹⁴ As pressões sobre a taxa de câmbio começaram no final de 1997 com a crise da Ásia e a redução do preço das commodities (que reduziu o saldo comercial e as receitas fiscais). O aumento do déficit em transações correntes levou a uma desvalorização forçada entre 1997 e 2001 de cerca de 51% (Lara, 2002: 15).

privados tendem a captar recursos externamente (aumentando a dívida externa privada) para investir internamente. Como os títulos públicos oferecem grande rentabilidade, essa captação tende a ser direcionada para o financiamento da dívida pública. Em outras palavras, a maior parcela privada da dívida externa e o crescimento da dívida pública estão necessariamente relacionados.

Tabela 9: Passivo Externo do Chile (1996-2002) em US\$ milhões

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
IDE	3.681,2	3.808,7	3.144,3	6.203,1	-347,7	3.044,9	1.139,3
Investimento em carteira	1.134,1	1.625,1	-2.468,6	-3.217,4	638,8	46,0	-1.875,5
Outros Investimentos	-607,9	1.142,7	1.349,8	-2.742,9	534,1	-1.245,1	1.858,0
Instrumentos financeiros derivados	-21,7	165,2	-59,3	-5,6	2,2	-85,7	-123,7
Dívida Externa	26.272	29.034	32.591	34.758	37.177	38.538	41.006
Passivo Externo Bruto	30.458	35.776	34.557	34.995	38.004	40.298	42.004
Reservas	15804,8	18273,6	16292,1	14946,3	15110,3	14399,9	15351,1
Passivo Externo Líquido	14.653	17.502	18.265	20.049	22.894	25.898	26.653

Fonte: Banco Central do Chile.

A tabela 9 mostra o crescimento do passivo externo chileno entre 1996 e 2002. O passivo externo líquido inclui o estoque da dívida externa e o estoque do capital externo, deduzindo-se o estoque de reservas internacionais. No período, esse passivo subiu 81,9%, um crescimento proporcionalmente maior do que o crescimento da dívida externa, refletindo a forte entrada de capital externo.

Já a tabela 10 contém os principais indicadores de vulnerabilidade externa da economia chilena. Todos eles, sem exceção, demonstram o crescimento dessa vulnerabilidade no período.

Tabela 10: Indicadores de Vulnerabilidade Externa (em %)

Indicador	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003 ¹
Transações correntes / PIB	-4,85	-4,96	-5,10	0,13	-0,96	-1,68	-0,81	0,18
Juros líquidos / exportações	0,94	1,39	1,86	2,64	2,94	3,10	2,74	2,78
Dívida externa líquida / PIB	16,48	14,59	21,23	26,64	27,77	34,17	37,78	38,5
Reservas / Dívida externa total	60,16	62,94	49,99	43,00	40,64	37,37	37,44	36,82
Dívida externa líquida / exportações ²	0,62	0,60	0,99	1,15	1,15	1,30	1,40	1,28
Serviço da Dívida / Reservas	31,09	17,67	16,77	25,48	31,30	33,42	41,03	46,92
Juros líquidos / Reservas	0,99	1,36	1,87	3,04	3,74	3,98	3,28	3,43
Serviço da dívida / Exportações	29,55	18,07	16,74	22,19	24,62	26,06	34,34	38,13
Serviço da Dívida / PIB	7,73	4,37	3,56	5,12	5,95	6,81	9,27	8,91

1- Os dados correspondem apenas ao primeiro semestre. Para indicadores que envolvem valores em fluxo e estoque foi feito o ajuste anualizando o valor dos fluxos.

2- Em anos. Corresponde ao número de anos necessário para pagar a dívida, dado fluxo de exportações do período.

Fonte: Banco Central do Chile.

Como visto, o acréscimo da vulnerabilidade externa define um piso para a redução das taxas de juros, sob pena de não obter mais financiamento para as contas externas, definindo uma restrição estrutural ao crescimento. Essa restrição é agravada pelo estrangulamento do gasto público, em virtude da política fiscal austera e pela concentração de renda.

3.2- Lógica do modelo de acumulação: dialética do capital fictício e superexploração da força de trabalho

A lógica do modelo de acumulação chileno pode ser muito bem explicada a partir da dialética do capital fictício e da superexploração da força de trabalho. Podem ser identificados cinco componentes básicos da dependência que caracteriza os países periféricos: (i) superexploração da força de trabalho, que implica na elevação da taxa de mais-valia (proporção entre o excedente a ser acumulado e a massa de salários), que se manifesta em arrocho salarial, aumento da jornada de trabalho e/ou elevação da intensidade do trabalho; (ii) redução dos termos de troca (relação entre os preços dos produtos primários e o preços dos produtos industriais), que implica em transferência de valor da periferia para o centro; (iii) remessa de excedente da economia dependente para as centrais

(pagamento de juros, lucros, dividendos e amortizações da dívida são um bom exemplo); (iv) distribuição regressiva da renda e da riqueza; e, (v) marginalidade e pobreza crescentes.

Ao contrário da crítica que se faz à teoria da dependência, existe a possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, e isso é passível de entendimento a partir do anterior. Os componentes (ii) e (iii), em conjunto com o ciclo de liquidez internacional, que, em determinados momentos, eleva as taxas de juros internacionais, definem os condicionantes da dependência. Ainda assim, por meio de (i), o capitalismo dependente pode elevar a sua produção de excedente, de forma que, mesmo transferindo grande massa de valor para o centro da acumulação mundial, ainda consiga acumular internamente uma parcela que lhe permita sustentar o crescimento. As consequências dessa forma de acumulação dependente seriam (iv) e (v).

Levando isso em consideração, percebe-se que a combinação de aumento da taxa de mais-valia, com destinação da maior parcela do excedente para investimentos produtivos, em detrimento dos investimentos financeiros, pode-se ter uma acumulação dependente de capital “virtuosa”¹⁵. Por outro lado, quando a maior parte do excedente é transformada em renda financeira (e na sua maior parte *internacionalizada*) define-se uma acumulação dependente de capital “travada”.

Este ciclo de acumulação ainda é potencializado pela dialética do capital fictício, isto é, pela sua (des) funcionalidade no processo de acumulação. O capital fictício, como um desdobramento dialético do capital portador de juros, permite uma liberação de capital para o processo produtivo, ao mesmo tempo em que acelera a rotação do capital. Isso eleva a taxa anual (periódica) de mais-valia e, portanto, de lucro, permitindo a ampliação da acumulação de capital. Entretanto, o capital fictício, por si próprio, não produz diretamente mais-valia (excedente), participando apenas do processo de apropriação. Se a lógica da apropriação do excedente (própria do capital fictício) – coerente do ponto de vista individual – é expandida, grande parte do capital total não irá mais se ocupar da produção do excedente, potencializando a fase de retração no ciclo. É exatamente esta a dinâmica de acumulação do modelo chileno.

¹⁵ “Virtuosa” evidentemente para o capital. As consequências necessárias (iv) e (v) impedem a generalização dos “bons” resultados para a população em geral.

Tabela 11: Crescimento Anual do Salário Real e da Produtividade

	84-89	90-95	96-2000	90-2000	1999	2000
Remunerações reais	1,0	4,3	2,6	3,5	2,4	1,4
Produtividade ¹	1,4	5,0	3,7	4,4	1,1	4,3

1- PIB/Emprego.

Fonte: Banco Central do Chile, apud Lara (2002).

A superexploração da força de trabalho pode ser concluída a partir da tabela 11. As remunerações reais cresceram em todo o período 84-2000 a taxas inferiores do crescimento da produtividade. Deve-se ressaltar ainda que houve uma redução da taxa de crescimento das remunerações reais na segunda metade da década de 90 e ainda mais em 1999 e 2000. Talvez isso explique porque a proporção entre a apropriação na renda dos 5% mais ricos e dos 5% menos ricos no Chile tenha passado de 120 em 1990 para 220 em 2000.

Justamente até 1994 é que Lara (2002) constata o ciclo expansivo de caráter “virtuoso”. Depois desse ano, começa o ciclo de estagnação com a lógica da apropriação do excedente avançando em relação à da produção, dentro de um processo de financeirização, como chama o autor, embora os sinais do retrocesso no ciclo venham em 1997.

Nesse processo de financeirização estão contidos os crescimentos do passivo externo chileno e da parcela privada da dívida externa, em associação à dívida pública, como mencionado antes. A tabela 12 constata esse processo. Entre 1982 e 1997 os recursos administrados pelo sistema financeiro cresceram 167%, sendo que só os investidores institucionais não-bancários tiveram um crescimento exponencial de 1936%!

Tabela 12: Recursos Administrados por Investidores Institucionais e Sistema Financeiro (US\$ milhões de 1997)

	1982	1989	1994	1997
1- Investidores Institucionais	2273	10916	36277	46282
Fundos de Pensão	981	7877	25066	30819
Fundos Mútuos	691	577	2351	4235
Cias. de Seguros	601	2295	6572	9845
FICE ¹	0	167	2348	1384
2- Sistema Bancário	39882	39013	50010	66507
3- Sistema Financeiro (1+2)	42155	49929	86287	112789

1- Fundos de Investimento de Capital Externo.

Fonte: Lara (2002).

Dentre esses investidores institucionais, as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP's) têm especial destaque¹⁶. No início de suas atividades, em 1981, as AFP's possuíam um ativo de US\$ 302 milhões (0,9% do PIB). Em 1985 esse valor chega a US\$ 1,54 bilhões (11% do PIB) e, em 2001, a US\$ 35,43 bilhões (55% do PIB). Em 2002, a carteira externa das AFP's representava 15,5% do total dos fundos – o limite legal atual é de 30%. Este último fato aponta justamente para a interface entre a lógica da acumulação do modelo chileno, o aprofundamento do neoliberalismo, com a elevação do grau de abertura externa, e a vulnerabilidade de sua economia.

3.3- Dependência e superprodução do cobre

Essa lógica da acumulação chilena atual, que inclui o aprofundamento da internacionalização de sua economia, trouxe, especificamente para o seu principal produto de exportação, consequências que também ajudam no entendimento da crise e ciclo chilenos.

Ao contrário do que pensa a heterodoxia apressada, a situação do cobre não é um sinal de contraposição ao neoliberalismo. Ainda na época da ditadura militar, embora não tenha privatizado a CODELCO, o governo permitiu às empresas privadas a obtenção dos lucros do capital investido e a apropriação do valor monetário total do cobre contido nas reservas. Na prática, isso significa que o Estado chileno entrega à iniciativa privada o direito de exploração do cobre, através da chamada *Concessão Plena*, ainda que, constitucionalmente, as reservas do cobre sejam propriedade da nação¹⁷.

Esse processo de desnacionalização é aprofundado no governo da *Concertación*, na medida em que essas reservas entregues à propriedade privada são transacionadas entre as grandes empresas privadas mundiais, e constitui-se um processo de arrendamento das reservas entre uma empresa “dona” (“proprietária” da terra) e outra que utiliza a reserva. Conforme a teorização de Marx sobre a renda da terra, constitui-se, tanto na venda como no

¹⁶ Para um estudo minucioso e desmistificador das AFP's, dentro do processo de financeirização, ver Lara (2002).

¹⁷ “Esta ley anticonstitucional es tan aberrante y perjudicial para el país que en caso que el Estado quiera comprar o expropiar por necesidades de la nación, debe pagar el valor de mercado de la empresa, lo que incluye el valor de mercado del yacimiento que ha sido entregado en concesión plena y a perpetuidad” (Caputo et al., 2002: 153).

arrendamento das reservas, a existência de um valor monetário da reserva, ou renda da terra na relação entre capital-“propriedade” e capital-em-função, renda esta que foi expropriada da sociedade chilena (Caputo et al., 2002: 154). No tocante aos investimentos diretos, dentro dos acordos comerciais, o Chile garante a concessão das reservas às empresas transnacionalizadas, com tratamento favorecido e desregulamentado ao investimento externo.

Caputo (2002) observa no estancamento do valor das exportações chilenas, a partir de 1995, o principal elemento explicativo da crise. Como o cobre é o principal produto exportado pelo país, algo deve ter ocorrido nesse setor específico. As exportações chilenas cresceram de forma permanente até 1995, alcançando US\$ 16 bilhões. Antes da crise asiática, em 1996, elas começam a cair, de forma que a média anual entre 96 e 99 é inferior ao valor de 1995¹⁸. A causa disso é a redução do preço do cobre, que começa a cair antes da crise da Ásia, em razão da superprodução mundial criada a partir do Chile, especificamente das decisões de aumento de produção por parte das empresas transnacionais detentoras da exploração do principal recurso natural chileno.

O Chile incrementou a produção de cobre, entre 1995 e 1999, em 1,9 milhões de toneladas métricas, enquanto que as importações mundiais cresceram apenas 1,3 milhões. Esse incremento da produção significou uma elevação de 76%, enquanto o consumo mundial, no mesmo período, cresceu apenas 13%¹⁹. Com isso, os estoques mundiais no final de 1999 chegaram a 2,5 milhões de toneladas métricas. Trata-se do maior valor da história que, estimava-se, superava o crescimento da demanda mundial nos cinco anos seguintes, até 2004.

Com isso, o preço do cobre que chegou a 140 centavos de dólar a libra em julho de 1995 atinge apenas 60 centavos em alguns meses de 1999. A média no período 95-99 não passou de 70 centavos, sendo que o preço médio anual nos 45 anos prévios a 1999 foi de algo em torno de 140 centavos de dólar a libra. Assim, “las pérdidas para Chile por disminución de los ingresos de las exportaciones de cobre en el período 1996-2000 son

¹⁸ “Las exportaciones que constituían la base del dinamismo de la economía chilena, se transforman en el origen de la crisis” (Caputo, 2001: 133).

¹⁹ Deve-se levar em conta que a produção chilena de cobre corresponde a 36% do total mundial, uma participação similar à de todos os países da OPEP na produção mundial de petróleo, e mais de três vezes a produção de petróleo da Arábia Saudita, o principal produtor desse produto. Dessa impressionante participação, as empresas privadas controlam cerca de 70% da produção de cobre chileno (Caputo et al., 2001b).

aproximadamente de US\$ 16.000 millones. Estas pérdidas son tan elevadas que resultan ser superiores a la inversión extranjera total en minería desde 1974 a 1999 que es poco menos de US\$ 15.000 millones. Paradójicamente son esas inversiones las que, aprovechándose de la legislación, han provocado las masivas pérdidas para Chile” (Caputo et al., 2001b: 181).

Dessa maneira, a crise chilena estaria associada a um modelo de crescimento empobrecedor, como constata Caputo (2000). Em termos analíticos, um país com alto grau de abertura externa (comercial e financeira), dentro ainda de uma estratégia neoliberal, e com grande quantidade de recursos naturais, tende a atrair muito capital externo na produção desses recursos, levando a um forte incremento em sua produção. Se a participação do país no mercado mundial desses produtos é muito alta, esse incremento da produção se transforma em sobreprodução mundial e drástica redução de seu preço. Isso tende a provocar a redução da renda no país, já que a diminuição do preço dos produtos é maior do que um possível aumento na quantidade exportada, além do que as receitas fiscais são duplamente penalizadas, diretamente pela redução do valor das exportações do produto, e indiretamente pela estagnação econômica.

Com isso, torna-se curioso, para dizer o mínimo, o fecho do argumento neoliberal para o problema. O discurso oficial, em uma situação de sobreprodução originada pelas grandes empresas estrangeiras, com resultados negativos para o Estado e a nação, grita por mais privatizações, isto é, pela ampliação do processo de desnacionalização.

Em resumo, este tipo de modelo pode funcionar – assim como o fez até um determinado momento – e mostrar um certo dinamismo, desde que a produção seja realizada no mercado externo, a um preço que permita a acumulação de capital. Trata-se do clássico modelo primário-exportador, em que o ciclo é determinado basicamente pela demanda do produto exportado, assim como pelas condições da produção nacional. Entretanto, a aposta no modelo primário-exportador esbarra nas também clássicas barreiras de acesso a mercados externos e diversificação produtiva da pauta exportadora.

4- Conclusão

As limitações e contradições do modelo chileno foram analisadas neste trabalho, de forma que é **impossível** concluir que (i) esse modelo seja indubitavelmente exitoso, (ii) esse

suposto êxito decorra da ampliação das reformas pró-mercado, e da espera pelo devido tempo de maturação do início das reformas nos anos 70, e (iii) o “êxito” deva ser creditado a uma estratégia heterodoxa, diferenciada do modelo neoliberal.

Ao contrário, o modelo chileno se caracteriza por um aprofundamento do neoliberalismo, em que pesem medidas conjunturais, seja para sair da crise de 82-83 – aliás, fruto do próprio programa neoliberal – seja para tentar administrar a abundância de capital externo. Esse aprofundamento do neoliberalismo se dá em uma lógica de acumulação dependente de capital, dentro de uma aposta primário-exportadora, com superexploração da força de trabalho, e ampliação da abertura externa.

O resultado é conhecido. Dependência excessiva da exportação de um único produto, elevação da vulnerabilidade externa, e, como única alternativa de crescimento interno, uma acumulação de capital que traz consigo marginalidade, exclusão e pobreza.

É este o exemplo a ser seguido pelos seus irmãos latino-americanos? É, de fato, esta estratégia que o povo chileno deseja para o seu país?

Referências Bibliográficas

- Agacino, R. (1996) Cinco Ecuaciones “Virtuosas” del Modelo Económico Chileno y Orientaciones para una Nueva Política Económica. www.redem.buap.mx/rafael.htm
- Agacino, R. & Escobar, P. (s/d) Empleo y Pobreza: un comentario sobre la experiencia chilena. www.redem.buap.mx/rafael.htm
- Aninat, E. & Larraín, C. (1996) Flujos de Capitales: lecciones a partir de la experiencia chilena. Revista de la Cepal, 60, dezembro: 39-48.
- Borón, A. (2001) A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Ed. Vozes, Petrópolis.
- Cano, W. (2000) Soberania e Política Econômica na América Latina. Ed. Unesp, São Paulo.
- Caputo, O. (1998) El Acuerdo Multilateral de Inversiones (MAI) y su Aplicación en Chile. www.redem.buap.mx/orlando.htm
- Caputo, O. (2000) La Crisis Actual de la Economía Chilena en los Marcos de la Globalización de la Economía Mundial. www.redem.buap.mx/orlando.htm

- Caputo, O. (2001) Las Nuevas Cuentas Alegres del Ministro Eyzaguirre. Investigación y Crítica, n.5, Santiago, Chile.
- Caputo, O.; Radrigán, J. & Galarce, G. (2002) Manifiesto del Cobre: el cobre es chileno y debe ser explotado en beneficio de los chilenos. Economía Crítica y Desarrollo, Revista de Economía, Problemas del Desarrollo y Pensamiento Crítico. Año 1, n.1, semestre I, Santiago, Chile.
- Caputo, O.; Galarce, G. & Radrigán, J. (2001b) La Sobreproducción Mundial del Cobre Creada desde Nuestro País y La Crisis de la Economía Chilena: agotamiento relativo del modelo. Investigación y Crítica, n.5, Santiago, Chile.
- Cepal (1988) América Latina Y Caribe: políticas para mejorar la inserción en la economía mundial. Fondo de Cultura Económica, 2ª. edição, Santiago, Chile.
- Cintra, M. A. M. (1999) Uma Visão Crítica da Teoria da Repressão Financeira. Ed. da Unicamp, Campinas.
- Edwards, S. & Edwards, A. C. (1992) Monetarismo y Liberalización: el experimento chileno. Fondo de Cultura Económica, México.
- Ffrench-Davis, R. (2002) Chile, entre el Neoliberalismo y el Crecimiento con Equidad. Revista de Economía Política, vol.22, n.4 (88), outubro/dezembro.
- Ffrench-Davis, R.; Agosin, M. & Uthoff, A. (1997) Movimentos de Capitais, Estratégia Exportadora e Estabilidade Macroeconômica no Chile. Em: Ffrench-Davis, R. & Griffith-Jones, S. (Orgs.) Os Fluxos Financeiros na América Latina: um desafio ao progresso. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Gática, J. & Mizala, A. (1990) Autoritarismo e Ortodoxia Econômica: Chile 1974-87. Revista de Economía Política, vol. 10, n. 2 (38), abril-junho: 53-66.
- Lara, C. (2002) Auge de la Financiarización y Estancamiento de la Economía Chilena. Economía Crítica y Desarrollo, Revista de Economía, Problemas del Desarrollo y Pensamiento Crítico. Año 1, n.2, semestre II, Santiago, Chile.
- Mckinnon, R. I. (1982) The Order of Economic Liberalization: lessons from Chile and Argentina. Em: Brunner, K. & Meltzer, A. (Comps.) Economic Policy in a World of Change. North-Holland Pub. Co., Amsterdam.